

O projeto “Paraná 12 meses” em um contexto de desenvolvimento rural sustentável

Patricia Moreira Marques, Oswaldo Calzavara* e Maria de Fátima Guimarães

Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, Campus Universitário, 86051-970, Londrina, Paraná, Brasil. *Author for correspondence. e-mail calzavar@uel.br

RESUMO. Estudando o resultado de políticas públicas no combate à pobreza rural através do fortalecimento comunitário, este trabalho analisa a atuação do Projeto “Paraná 12 meses” no Município de São Jerônimo da Serra, Paraná. Desenvolvido conforme os princípios gerais da extensão universitária, numa ação conjunta professor-aluno-comunidade, o entrevistador residiu com uma família beneficiária enquanto entrevistava 70% dos participantes. Constatou-se que o “Paraná 12 meses”, ainda em execução, já provocou mudanças na infra-estrutura produtiva e na organização comunitária, incentivando o trabalho coletivo e fortalecendo a associação de moradores. A comunidade, porém, continua dependendo de agentes externos na execução das atividades, demonstrando a necessidade de ações que promovam a cidadania em projetos de desenvolvimento rural. Para maior produtividade e consistência dessas políticas públicas, a elaboração de projetos de desenvolvimento rural deve considerar o entrelaçamento de aspectos políticos, socioeconômicos, ambientais, tecnológicos e educativos visando o desenvolvimento do potencial local.

Palavras-chave: pobreza rural, desenvolvimento rural, políticas públicas.

ABSTRACT. “Paraná 12 meses” project in a context of sustainable rural development. In the context of public policy against rural poverty through community strengthening, this paper analyzes the action of “Paraná 12 meses” (Paraná 12 months) project in the municipality of São Jerônimo da Serra, state of Paraná. Carrying out the program according to the principles of university extension, in a joint action of faculty, student and community, the researcher lived with one of the beneficiary families while interviewing 70% of the participants. The survey showed that the project still in action has already transformed the productive substructure and the community organization by stimulating collective labor and strengthening local association. However the community is still dependent on external agents to execute their activities, thus showing the necessity of actions to promote the citizenship in rural development projects. To make public policy more consistent and productive, and particularly develop local potentialities the projects should take into account political, social, economic, environmental, technological and educational aspects.

Key words: rural poverty, rural development, public policy.

A pobreza rural é uma realidade mesmo nas regiões de agricultura tecnificada como o estado do Paraná, que apresentou mais de um milhão de indigentes rurais em 1990 (Peliano, 1993).

Ao analisar as causas da pobreza rural, percebe-se que os baixos padrões e níveis de vida se devem a fatores como: concentração da posse da terra, à qual a maioria da população não possui acesso; falta de boas escolas nestes locais e ineficiência do agricultor

para extrair do solo sua produção agrícola (Smith, 1971).

No entanto, apesar do acesso à terra ser uma condição básica para a alteração verdadeira da condição de pobreza, isso fará sentido se for acompanhada pelo acesso a um conjunto de ações que alterem o meio institucional local e regional, permitindo a revelação dos potenciais com que um determinado território poderá participar no processo de desenvolvimento. (Abramovay, 1998). Dessa

forma, um plano de desenvolvimento rural apresentará uma linha de atuação altamente restrita, se focalizar suas ações através da excessiva preocupação com a “engenharia social”, sem abordagem dos problemas estruturais das sociedades rurais (Müller - Gloode, 1992).

Desde 1949, agentes financeiros internacionais como o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, vêm apoiando países em desenvolvimento econômico como o Brasil, visando à estabilização macroeconômica, como forma de garantir o crescimento social, viabilizando as políticas compensatórias de redução da pobreza (Viana, 1998).

O governo do Estado do Paraná, aproveitando a experiência do Banco Mundial no financiamento de projetos de assentamentos rurais em todo o mundo, elaborou o Projeto “Paraná 12 meses” visando o combate à pobreza rural. São 350 mil dólares aprovados para aplicação em 5 anos, até 2002, a fundo perdido. O Tesouro do Estado do Paraná participa com 50% dos recursos e o restante provém do Banco Mundial, na forma de financiamento. Esses recursos estão sendo aplicados na implantação das Vilas Rurais (experiência paranaense de assentamento rural), em trabalhos de conservação de solo (antigo projeto de sistematização de microbacias), e na melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais pobres.

De acordo com os princípios desse projeto, o desenvolvimento da área social, através do combate à pobreza, é sustentado pelo fortalecimento comunitário e pela participação permanente da população beneficiada. Dessa forma, o homem do campo torna-se agente principal de seu próprio desenvolvimento, e as comunidades rurais envolvidas atuam como base para as ações que resultarão na soma das vontades da maioria dos indivíduos participantes (Seab, 1998).

A comunidade rural Água do Tigre, localizada no município de São Jerônimo da Serra - PR, há um ano vem sendo beneficiada pela atuação do “Paraná 12 Meses”. É contemplada pelo projeto por ser uma comunidade pobre e por apresentar problemas, tais como: falta de acesso legal à terra, falta de abastecimento de água e de energia elétrica, relevo acidentado, solo pouco profundo, coesão comunitária precária e dificuldade de acesso à cidade devido a má conservação das estradas de terra (Emater, 1997).

Na atuação do “Paraná 12 meses”, a participação da comunidade aconteceu através de reuniões coordenadas por técnicos da Emater, com a

utilização de metodologia participativa, através da qual a comunidade apontou os principais problemas locais e alternativas de solução. Foram apontados sem ordem de prioridade problemas tais como: precariedade das estradas locais e das condições de moradia; alto índice de doenças em idosos (hipertensão) e crianças (verminoses e problemas respiratórios); deficiência do sistema de transporte coletivo e escolar; ausência de escolas de 1º grau completo e de meios de comunicação; falta de acesso à energia elétrica; dificuldade de acesso ao crédito agrícola; baixa produção agrícola.

Na tentativa de modificar esse quadro, a comunidade sugeriu propostas como: auxílio da prefeitura e aproveitamento de materiais disponíveis para melhoria das estradas; realização de mutirões para o trabalho de proteção da fonte de água comunitária e para construção de residências; visitas periódicas de um agente de saúde e contatos com as pastorais da criança e da saúde; formulação de listas reivindicando a melhoria das condições de transporte; fortalecimento da associação de moradores.

A questão da participação da população em todas as etapas de um projeto de desenvolvimento é uma pré-condição ética, na medida em que se pretende interferir numa cultura, em valores e estilo de vida. Discutindo questões de desenvolvimento econômico e analisando as relações entre pobreza e progresso, Wilkinson (1974) comenta que numa reinterpretação conceitual, o desenvolvimento pode estar desligado da “idéia de progresso”. Que uma determinada sociedade pode ter interesse por métodos que vão aumentar a eficiência de seu modo de vida e não em mudanças no modo de vida tradicional, que associamos ao desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o autor discute que o desenvolvimento econômico pode também ser visto como “um processo de solucionamento de uma série de problemas que, de tempos em tempos, ameaçam o sistema produtivo e a suficiência dos meios de subsistência”, obrigando as pessoas a buscarem novas formas alternativas para atender suas crescentes necessidades. De qualquer modo, é a população organizada quem define a essência, as diretrizes e prioridades de um projeto de desenvolvimento que vai interferir em suas vidas.

Estudando a eficácia de políticas públicas para o desenvolvimento rural, este trabalho analisou a atuação do “Paraná 12 meses” ainda em andamento no Município de São Jerônimo da Serra - Pr., o qual se propôs ao combate da pobreza rural sustentado no

envolvimento direto e permanente da população beneficiada.

Metodologia

No decorrer da implementação do “Paraná 12 meses” no município, sob responsabilidade da Emater-PR, estagiários da Universidade Estadual de Londrina acompanharam as atividades no período de março a outubro de 1999. Isso ocorreu no contexto de um projeto de extensão universitária em convênio com a Prefeitura Municipal, através de Plano de Estágio aprovado pela Universidade, com orientação de docente e supervisão de campo por um técnico da Emater, que é a organização implementadora da extensão rural no Estado do Paraná.

Este trabalho foi desenvolvido segundo os princípios gerais da Extensão Universitária, onde o aluno desenvolve seu senso crítico e amplia seus horizontes, quando vivencia a situação concreta de uma comunidade; o professor se atualiza no contato direto com as realidades críticas; a comunidade se organiza no encaminhamento de suas necessidades.

Inicialmente, foi desenvolvido contato com líderes e moradores mais antigos do local, através de entrevistas informais. Dessa forma, foram obtidas informações sobre o histórico da associação de moradores, as características da capacidade organizativa da comunidade e as expectativas dos moradores a respeito da atuação do projeto no local.

Esse trabalho preliminar serviu de base para a elaboração do roteiro de entrevista desenvolvido pela estagiária em conjunto com o professor orientador e supervisor do estágio.

Além disso, visando construir maior proximidade e melhor relacionamento com a população estudada, garantindo melhor qualidade na coleta de informação, houve a hospedagem do entrevistador na residência de uma das famílias beneficiárias do projeto, durante o período das entrevistas. Com isso, objetivou-se, ainda, a vivência das condições de vida da população local e a observação das relações de cooperação entre famílias.

As entrevistas ocorreram seguindo roteiro previamente elaborado, com o objetivo de conhecer as modificações acontecidas na comunidade com a atuação do “Paraná 12 meses”. O roteiro incluiu questões sobre a atuação e a importância de se participar da associação de moradores, vantagens e empecilhos do trabalho comunitário, participação em mutirões efetuados na comunidade, os quais foram utilizados nos trabalhos de construção e reforma de residências, bem como de melhorias da

área de proteção às fontes de água, com recursos provenientes do programa “Paraná 12 meses”.

O roteiro de entrevistas foi utilizado em 70% das famílias beneficiárias. Esta amostra foi constituída de modo a abordar somente as famílias atingidas, tanto por reforma e construção de residências, como pelo trabalho de fortalecimento comunitário. Dessa forma, foram consultadas as famílias atingidas por todas as estratégias de ação desse projeto no local. Cada entrevista teve duração média de 40 minutos e foi conduzida propiciando-se um diálogo informal, a fim de garantir maior confiança dos entrevistados e, conseqüentemente, maior veracidade das respostas obtidas.

Resultados e discussão

O uso da metodologia participativa no levantamento de problemas da comunidade, bem como de propostas de solução, pode induzir os participantes a pensar que a entidade oficial, como neste caso a Emater, iria “resolver a situação” colocada pela comunidade. Porém, nem todas as expectativas geradas poderiam ser contempladas pelo “Paraná 12 meses”, que já tinha algumas metas pré-estabelecidas a cumprir.

A presença do “Paraná 12 Meses” na comunidade provocou o aumento da participação dos moradores nas reuniões da associação, contando com a frequência regular de 95%. Todos os participantes concordam que esse tipo de organização é um meio importante para o fortalecimento comunitário e melhoria da qualidade de vida no local. No entanto, apenas 7% deles já se organizou em pequenos grupos para solucionar problemas específicos.

Observou-se que o “Paraná 12 Meses” estimulou o desempenho da associação de moradores. No entanto, esse desempenho não é satisfatório, pois a maioria acredita que a associação ainda é deficiente e apenas 9% classifica como bom o desempenho atual, conforme a Tabela 1:

Tabela 1. Evolução da atuação da associação de moradores da comunidade rural Água do Tigre, Município de São Jerônimo da Serra – PR. 1999

Desempenho da associação	Atuação do “Paraná 12 Meses”	
	Antes (%)	Depois (%)
Bom	4	9
Razoável	32	91
Inexistente	64	0

Os trabalhos de melhoria da área e proteção da fonte de água comunitária, em forma de mutirão, foram coordenados por técnicos da Emater e estas atividades contaram com a participação de 86% dos entrevistados. Os ausentes justificaram-se alegando

desconhecimento da ocorrência dessa atividade. Apesar de 86% dos entrevistados se declararem propensos ao trabalho comunitário, todos afirmaram que essa propensão não foi alterada após o início do “Paraná 12 meses” no local. Dos entrevistados, 76% colocou o individualismo como principal dificuldade para ocorrência desse trabalho. Outras respostas, como a falta de situações que exijam trabalho comunitário, falta de incentivo governamental e relevo acentuado, também foram apresentadas como empecilho, conforme pode ser visto na Tabela 2:

Tabela 2. Empecilhos para ocorrências do trabalho comunitário na Comunidade Água do Tigre, município de São Jerônimo da Serra – PR, 1999

Tipo de empecilho	%
Individualismo	76
Relevo acentuado	14
Ausência de incentivo governamental	5
Ausência de oportunidade de trabalho comunitário	5

Vale ressaltar que a elevada distância entre as residências, a ausência de meios de transporte eficientes e o relevo acentuado contribuem para a dificuldade da comunicação no local, refletindo também na questão do individualismo. Para Freire (1983), em certas áreas os camponeses se encontram tão próximos à natureza e ao mundo natural que se sentem mais como parte dele, do que como seus agentes transformadores. Essa proximidade na qual o camponês se confunde com o mundo natural, dificulta-lhe a operação de observá-lo em perspectiva.

Durante o período de residência no local, verificou-se que a organização comunitária de atividades agrícolas ocorre freqüentemente entre os vizinhos mais próximos. No entanto, os entrevistados não reconhecem esta organização como um reflexo da eficiência da capacidade organizacional da comunidade. Isso pôde ser comprovado, quando observou-se que o individualismo foi citado como o principal empecilho para a realização de trabalhos comunitários.

As vantagens resultantes do trabalho comunitário foram citadas por 77% dos entrevistados e 23% não vêem vantagens nesse tipo de organização. Isso demonstra o potencial para o trabalho coletivo a ser desenvolvido em projetos de desenvolvimento rural. A Tabela 3 mostra como a comunidade vê esta questão.

Tabela 3. Vantagens do trabalho comunitário na comunidade Água do Tigre, São Jerônimo da Serra - PR, 1999

Tipo de vantagem	%
Economia de tempo e dinheiro	40
Melhoria de qualidade de vida	18
Lazer	9
Integração	5
Obtenção de crédito	5
Nenhuma	23

A melhoria da qualidade de vida através da construção de residências, de infra-estrutura sanitária e de captação de água, em sistema de mutirão, não aconteceu conforme o planejado, apesar da proposta ter sido feita pelos moradores da comunidade, durante as reuniões sobre o “Paraná 12 Meses”.

O trabalho de construção das residências continua em andamento. Atualmente 14% das residências estão concluídas, 71% em construção e 15% não foram iniciadas em função da falta de recursos financeiros para pagamento de mão de obra ou do atraso no fornecimento de recursos materiais para construção da obra. A forma como esse trabalho vem se desenvolvendo demonstra as dificuldades de organização das tarefas comunitárias, conforme demonstra a Tabela 4:

Tabela 4. Trabalho desenvolvido na construção de residências da comunidade Água do Tigre, São Jerônimo da Serra - PR, 1999

Tipo de mão de obra	%
Familiar/vizinhos	23
Familiar	14
Familiar/contratada	45
Contratada	18

Em apenas 23% das construções os trabalhos foram desenvolvidos com características comunitárias. As modalidades familiar/contratada e contratada abrangem 63% das famílias, destoando da finalidade original do projeto.

Percebeu-se a dificuldade dessa comunidade em organizar tarefas comunitárias na ausência de incentivo externo, como o ocorrido durante os trabalhos coletivos coordenados pela Emater no local. Isso vem demonstrar a importância de projetos de desenvolvimento rural que contemplem a questão da cidadania, fortalecendo o aprendizado das comunidades rurais para sua auto-determinação, sem paternalismos.

Certamente, a dificuldade dessa comunidade em se organizar também é influenciada pelo contexto histórico e social no qual a mesma está inserida, uma vez que nenhum dos agricultores do local possui acesso legal à terra onde habitam e exercem suas atividades agrícolas. Essa situação está impedindo que um grupo de 10 famílias, organizado de acordo com as exigências do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf para obtenção de crédito agrícola, obtenha esses recursos, os quais seriam aplicados em terras sem posse legal.

Além desse problema, a questão educacional também deve ser considerada em projetos do desenvolvimento rural duradouro. Segundo a Emater (1997), o analfabetismo ocorre em 29% dos

chefes de família; 34% deles possuem ensino fundamental incompleto; 30% possuem ensino fundamental completo e apenas 7% possuem ensino médio completo. Se considerarmos a família como um todo, a situação certamente será mais grave.

Considerações finais

Apesar de ainda estar em andamento, verifica-se que o “Paraná 12 Meses” já proporcionou modificações nas condições de infra-estrutura de habitação e de saneamento básico da comunidade Água do Tigre.

Os entrevistados reconhecem a importância de uma associação de moradores forte e atuante para a melhoria de qualidade de vida. No entanto, a participação deles ainda não se mostrou suficiente para o fortalecimento da atuação e da capacidade organizativa da comunidade.

O projeto incentivou a comunidade a se organizar através da realização de trabalhos conjuntos. Possivelmente, esse incentivo reativou uma tendência comunitária, adormecida nos moradores. Mas a simples reativação de uma propensão já existente ainda não foi suficiente para o pleno fortalecimento comunitário no local. No trabalho de mutirão, a comunidade se mostrou dependente de um agente externo na coordenação, demonstrando a importância de se implementar ações que promovam a cidadania em projetos de desenvolvimento rural, objetivando resultados consistentes e duradouros.

Políticas públicas de combate à pobreza rural poderão ser mais produtivas e consistentes, se fundamentadas e implementadas a partir das reais necessidades da comunidade local (levantadas através de metodologia participativa), e em conjunto com organizações locais, principalmente a prefeitura do município. Esse envolvimento dá mais garantia ao processo de continuidade da ação desenvolvimentista quando do término do projeto, aumentando a corresponsabilidade pelos resultados. Deve contemplar o entrelaçamento de fatores políticos, sócio-econômicos, ambientais e tecnológicos, visando a uma melhor qualidade de vida da comunidade local, avançando para além das questões tratadas pelo projeto até o momento.

A própria comunidade local demonstrou claramente essa questão, através da metodologia participativa, quando levantou aspectos do desenvolvimento que não foram suficientemente abordados no projeto, como a questão da escolha, do transporte coletivo e escolar, da melhoria da estrada, da saúde, do crédito e da produção rural.

A comunidade apresentou um quadro característico próprio que deve ser considerado num planejamento para o desenvolvimento local. Como não considerar,

por exemplo, o índice de 29% de chefes de famílias analfabetos? Ou a totalidade dos agricultores locais que não têm acesso legal à terra, dificultando a obtenção do crédito rural?

A questão agrícola-ambiental-turística também apresenta características próprias que devem ser consideradas num projeto duradouro de combate à pobreza. Se por um lado a região apresenta paisagens naturais de rara beleza, por outro os solos são pobres, o relevo acidentado e os sistemas de produção rural podem ser melhor equilibrados técnica e economicamente, segundo a visão de maior sustentabilidade.

A comunidade Água do Tigre apresentou uma forma de organização particular que deve ser profundamente observada, no sentido de compreender melhor sua dinâmica organizacional e os fatores relacionados a essa dinâmica, sejam eles internos ou externos a essa comunidade. Assim, as estratégias de ação para o desenvolvimento rural poderão ser melhor direcionadas, visando à melhoria da qualidade de vida, caminhando rumo ao pleno desenvolvimento do potencial local.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília: NEAD, 1998.
- BOLETIM informativo. *Paraná 12 Meses*, Curitiba, v.1, n.1, 1998.
- BOLETIM informativo. *Paraná 12 Meses*, Curitiba, v.1, n.1, 1998.
- EMATER. *Plano de ação para a comunidade rural Água do Tigre*: sub componente combate a pobreza no meio rural. São Jerônimo da Serra: [s.n.], 1997.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- MANUAL operativo. *Paraná 12 Meses*, Curitiba, 1996.
- MÜLLER-GLODDE, U. *Cuando la participación falta*: conceptos básicos, estrategias, estudios del caso, lo que debe hacer y lo que debe evitarse en el desarrollo rural, Ásia. Eschoborn: GTZ, 1992.
- PELIANO, A.M. *O mapa da fome*: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília: IPEA, 1993. 29 p. (Documento Política; 14).
- SMITH, L. *Organização rural*: problemas e soluções. São Paulo: USP, 1971.
- VIANA Jr, A. *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil*: análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil, 1998.
- WILKINSON, R.G. *Pobreza e progresso*: um modelo ecológico de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

Received on November 29, 2000.

Accepted on January 25, 2001.

